

14/12/2016 - CUT

FIESP age de má-fé

CUT repudia acusação de ter sido responsável por invasão à entidade



Em manifestações da CUT, FIESP recebe proteção da polícia

A CUT repudia veementemente a leviandade e a má-fé da FIESP que, em nota, acusou a Central de comandar a invasão da sede da entidade, na noite desta terça-feira, 13, durante ato contra a PEC que congela gastos públicos.

Assistimos as imagens exibidas pelas televisões várias vezes. Em nenhuma delas, vimos bandeiras, camisetas ou bonés da CUT. Vimos apenas pessoas vestidas com roupas vermelhas.

Não somos vândalos, como a FIESP afirmou. Somos defensores dos direitos da classe trabalhadora. Vândalo é quem ataca direitos sociais e trabalhistas. Vândalo é quem apoia a retirada de recursos da saúde e da educação, quem apoia a terceirização que mata e mutila trabalhadores. Vândalo é quem apoia ataques à democracia.

Todos os nossos atos são pacíficos e organizados. Em todos os atos fazemos reuniões com o comando da Polícia Militar, onde são definidos trajetos e tempo do ato. Já fizemos, inclusive, reuniões com a própria FIESP para evitar conflitos.

A nota da FIESP é mais uma tentativa de desmoralizar e desacreditar entidades comprometidas com os direitos da classe trabalhadora.

A FIESP é uma das principais responsáveis pelo golpe e mentiu para a população dizendo que a situação do País iria melhorar, se o impeachment fosse aprovado. Por causa das mentiras da FIESP, quem está pagando o pato é o povo brasileiro.

São Paulo, 14 de dezembro de 2016
Central Única dos Trabalhadores (CUT)

14/12/2016 - Convergência Digital

Brasil é 87º no mundo em velocidade da internet



O Brasil recuperou posições no ranking global da Akamai de velocidade das conexões à internet. No terceiro trimestre, a média medida por aqui pela empresa especializada em serviços de nuvem e redes de entrega de conteúdo (CDNs) foi de 5,5 Mbps. O resultado é bem melhor que os 3,6 Mbps medidos pela Akamai no terceiro trimestre de 2015. Em um ano, o país saiu de 93º para figurar na posição 87 dos 242 países dos quais a empresa tem informações.

Ainda assim, o resultado manteve o Brasil abaixo da média mundial, que no mesmo período foi medida em 6,3 Mbps – em si um crescimento de 21% em um ano.

Segundo Akamai, mais da metade (52%) das conexões no Brasil são de velocidades a partir de 4 Mbps, enquanto apenas 10% das conexões se situam acima de 10 Mbps e 2,9% superam os 15 Mbps. Nesse último ponto, no entanto, o relatório destaca um crescimento de 353% nessas conexões mais rápidas no último ano.

No cenário global, a Coreia do Sul se manteve na liderança do ranking, com média de 26,3 Mbps, o que em si representa uma queda de 2,5% mas manteve o país na frente. Nas Américas, EUA e Canadá aparecem bem à frente dos demais, com o Brasil ficando em sexto.

No caso específico das conexões móveis, o Brasil apresentou velocidade média de 4 Mbps. De acordo com o levantamento, as velocidades médias das conexões móveis analisadas variou de 2,2 Mbps na Venezuela a 23,7 Mbps no Reino Unido. Além disso, com base em dados da Ericsson, o relatório indica que o volume de tráfego móvel cresceu 11% na passagem do segundo para o terceiro trimestre de 2016.

Média Global	6.3 Mbps
Coreia do Sul	26.3 Mbps
Hong Kong	20.1 Mbps
Noruega	20.0 Mbps
Suécia	19.7 Mbps
Suíça	18.4 Mbps
Américas	
EUA	16.3 Mbps
Canadá	13.8 Mbps
Chile	7.3 Mbps
México	7.2 Mbps
Uruguai	7.0 Mbps
Brasil	5.5 Mbps
Peru	5.3 Mbps
Equador	5.2 Mbps
Panamá	5.2 Mbps
Argentina	5.0 Mbps
Colômbia	4.8 Mbps
Costa Rica	3.9 Mbps
Bolívia	2.4 Mbps
Venezuela	1.8 Mbps
Paraguai	1.7 Mbps

15/12/2016 - Telesíntese

Reviravolta no senado: PL 3453 ainda pode ser adiado para o próximo ano

Apesar do otimismo do governo, que já falava em sancionar a reforma de telecomunicações na tarde de hoje, 16, o PT conseguiu se reorganizar e angariar duas assinaturas fora da legenda para adiar a aprovação PL 3453 (ou PLC 79) para o próximo ano. Além de oito senadores do PT, o peemedebista Roberto Requião e Randolfe Rodrigues, da Rede, assinaram o requerimento para que o projeto seja apreciado no Plenário do Senado Federal. Mas ele ainda não foi apresentado à Mesa da Casa.

Apesar do otimismo do governo, que já falava em sancionar a reforma de telecomunicações na tarde de hoje, 16, o PT conseguiu se reorganizar e angariar duas assinaturas fora da legenda para tentar adiar a aprovação PL 3453 (ou PLC 79) para o próximo ano.

Ontem, 15, o Tele. Síntese havia publicado que o projeto iria direto para a sanção presidencial, baseado em avaliação de que o senador Jorge Viana, do PT do Acre, teria convencido a bancada do partido. Na verdade, Viana havia convencido um dos senadores petistas que apoiavam o pleito a retirar o seu apoio e evitar que o projeto fosse encaminhado ao Plenário do Senado.

Os demais membros da bancada resolveram dar o troco e angariar apoios fora da legenda. O requerimento conta agora com 10 assinaturas, uma a mais do que a necessária. São oito petistas que assinam o pedido para que o projeto seja apreciado no plenário, além do peemedebista Roberto Requião, e de Randolfo Rodrigues, da Rede.

Até que o pleito seja apresentado à Mesa – hoje é o último dia – haverá pressão de todo o lado para que pelos menos três



senadores desistam dessa estratégia.

Embora diferentes interlocutores avaliem que a proposta conta com ampla maioria parlamentar, inclusive na oposição (Vanessa Graziotin, do PCdoB não incorporava a lista), e será votada rapidamente no plenário do Senado, o adiamento da aprovação do projeto para o próximo ano deixa todos que os que o defendem bastante intranquilos.

Principalmente devido ao frágil apoio do governo Michel Temer e da ampliação das denúncias sobre os políticos do PMDB na Lava Jato, que apura a corrupção nos poderes Executivo e Legislativo, o que pode ampliar a crise política.

Estão assinando o requerimento para que o projeto seja avaliado pelo Plenário do Senado:

Os petistas: Angela Portela, Fátima Bezerra, Gleise Hoffman (esposa do ex-ministro das Comunicações), Humberto Costa (líder do partido), José Pimentel, Lindberg Faria, Paulo Paim, Regina Sousa.

Pelo PMDB: Roberto Requião (o mais opositor parlamentar do partido do presidente)

Pela Rede: Randolfe Rodrigues.



Resumo de Notícias

Produção: TST Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

16/12/2016 - Telesíntese

Lucro da Oi salta 840% em outubro

Companhia se beneficiou da valorização do Real frente a moedas em que está endividada. O resultado operacional apresenta queda, com EBITDA encolhendo 40% em outubro se comparado a setembro.

As administradoras judiciais da Oi apresentaram na noite de ontem, 15, os resultados financeiros da companhia em outubro. Os números mostram lucro consolidado de R\$ 689,6 milhões, crescimento acima de 840% no mês em relação a setembro. O resultado fez o caixa da companhia ganhar fôlego, crescendo de R\$ 6,15 bilhões em setembro para R\$ 6,45 bilhões.

O lucro foi impactado pela exclusão da despesa de R\$ 240 milhões referente ao "fair value" de ações detidas pela subsidiária holandesa PTIF. Também houve um ganho financeiro de R\$ 1,15 bilhão em função da valorização de 2% do real frente

ao Dólar e de 4% em relação ao Euro. Mais de 71% dos empréstimos da tele são em moeda estrangeira.

Excluindo os ganhos vindos de movimentação financeira, o cenário muda. A operadora apresentou pequeno crescimento de 0,55% na receita operacional bruta em relação ao mês anterior, que fechou outubro em R\$ 3,55 bilhões em outubro. As despesas cresceram 40%, para R\$ 392,7 milhões. Com isso, o EBITDA, lucro antes do resultado financeiro e tributos, caiu 29%, para R\$ 254,87 milhões.

O relatório foi apresentado pela PWC e Wald Advogados à 7ª Vara Empresarial da Justiça carioca.

13/12/2016 - Carta Capital

CartaCapital: A verdade sobre o dinheiro da Odebrecht

Revista repudia reportagem distorcida de O Globo

Embora as informações pertinentes tenham sido prestadas ao jornal O Globo, as distorções na reportagem "Odebrecht 'emprestou' verba a CartaCapital", publicada na edição desta terça-feira 13, exigem novos esclarecimentos:

1. Em 2007 e 2009, a Odebrecht fez um adiantamento de publicidade no valor total de 3,5 milhões de reais a CartaCapital, uma operação normal no mercado. Naquele momento, a revista procurou vários anunciantes em busca de um reforço de caixa. O adiantamento foi negociado diretamente com a empresa por Mino Carta e Luiz Gonzaga Belluzzo, sócios da Editora Confiança, que edita a revista CartaCapital. Não houve interferência de ninguém a nosso favor.

2. O adiantamento foi pago da forma tradicional: por meio de anúncios e patrocínios de eventos. A Odebrecht chancelou vários de nossos seminários regulares intitulados "Diálogos Capitais", bem como patrocinou a premiação "As Empresas Mais Admiradas no Brasil" em 2009, 2011, 2012, 2013 e 2014. Em 2013, figurou entre os patrocinadores do "Fórum Brasil", que trouxe o economista Dani Rodrik. No ano seguinte, também patrocinou o mesmo evento, cujo principal palestrante foi Paul Krugman, Nobel de Economia. A editora possui os registros e notas fiscais dos anúncios publicados e eventos realizados.

3. Uma das maiores empresas do País, a Odebrecht regularmente anuncia e patrocina eventos em diversos veículos, entre

eles, o próprio O Globo. CartaCapital não sabe e não tem obrigação de saber de onde vieram os recursos do adiantamento da verba de publicidade. Não existe carimbo em dinheiro e trata-se de má-fé acreditar que o investimento na revista saiu de "um departamento de propina" e o aplicado nos demais meios de comunicação tem origem lícita. Além disso, o investimento publicitário da empreiteira deu-se quando não havia nenhum sinal do envolvimento da empresa nas ilicitudes apontadas pela Operação Lava Jato. Lembremos que outros meios de comunicação receberam verbas da Odebrecht em 2016, quando os fatos eram sobejamente conhecidos, nem por isso esses veículos podem ser acusados de conivência com qualquer tipo de atitude da empresa ou de defender este ou aquele interesse.

4. Desconfiamos que o vazamento dessa citação distorcida a CartaCapital esteja relacionado ao fato de não termos abdicado do dever jornalístico de apontar os erros e abusos da Operação Lava Jato, além da nossa conhecida postura crítica em relação aos meios de comunicação, em grande medida responsáveis, no nosso entender, pelo clima de caça às bruxas reinante no Brasil. Nossa lisura e transparência, reforçadas semanalmente ao longo dos últimos 22 anos, não serão abaladas por essa classe de ilações.

16/12/2016 - Rede Brasil Atual

Vítima da Samarco relata descasos da empresa e da mídia que quase a levaram ao suicídio

Além do prejuízo de ter perdido sua pousada, a advogada mineira Normalina Viana enfrenta dificuldade para divulgar sua obra, que narra os "golpes da mineradora"

Às voltas com a realização de audiências públicas com moradores das cidades mineiras de Mariana e Ouro Preto para decidir sobre a volta de suas atividades, a mineradora Samarco ainda está longe de acertar suas contas com as vítimas do rompimento de uma de suas barragens, em 5 de novembro de 2015.

"Vivem espalhando na mídia que a empresa está pagando as indenizações, mas não está. Muita gente ainda não recebeu absolutamente nada. A empresa até que dava atenção, enquanto o caso tinha destaque nos noticiários. Agora, nem nos atendem. É só golpe", afirma a advogada Normalina Yacy Viana, 68 anos, de Belo Horizonte.

No início de novembro, ela lançou o livro *A tragédia da Barragem da Samarco – O que a mídia não contou* (Editora O Lutador). Escrito e publicado de maneira independente, pago com dinheiro obtido por meio de empréstimos, o livro é um relato de prejuízos e do descaso da empresa e de autoridades. Ao mesmo tempo, a motivação encontrada pela autora para seguir vivendo e lutando. "Entrei em estado de loucura. Cheguei a pensar em suicídio", conta.

Ela é proprietária de uma fazenda localizada a cinco quilômetros de Bento Rodrigues, avaliada em R\$ 4,5 milhões, que transformou em pousada. A propriedade foi atingida pela lama e depois por saqueadores. Um prejuízo incalculável, que inclui a devolução do dinheiro pago por hóspedes que fizeram reservas para o fim de ano e férias. "Pensei em me matar. Depois de muita oração, recuperei forças e decidi escrever o livro para contar o que os noticiários esconderam."

Ela questiona o número oficial de mortos – 19. "Dentro da fazenda havia três carros, que foram arrastados pela lama de Bento Rodrigues para lá. Foram vistos urubus sobrevoando os carros. No outro dia, os carros haviam sumido. Além disso, havia muita gente de fora em Mariana, pessoas que não foram reclamadas por moradores da cidade".



Os percalços em busca de reparação são muitos. Ela conta que procurou o Ministério Público de Mariana, do qual não obteve resposta. Recorreu então ao MP em Belo Horizonte. "Quando mostrei as mais de mil fotos, me recomendaram procurar a Justiça. Depois do livro lançado, o MP disse que eu peguei pesado, e ficou de me mandar, por e-mail, as providências

que haviam sido tomadas. Até agora, nada."

Foi então orientada a procurar a empresa em Belo Horizonte, que solicitou um relatório das perdas e lhe deu um cartão com o qual poderia sacar R\$ 1.300 para o pagamento de aluguel de um apartamento. "Perco tudo e recebo R\$ 1.300?", questiona.

Embora o livro relate apenas sua história de prejuízos financeiros e emocionais em meio ao descaso de autoridades, ela acredita que sua voz possa ecoar a de outros moradores, vítimas como ela, porém, sem forças. Ou mesmo calada mediante acordos tácitos com a mineradora.

"Será que a Samarco vai continuar a se esconder, se fechar no seu conforto, enquanto pais e mães de família estão à mercê de migalhas de salário mínimo e cesta básica para sobreviver, enquanto o seu patrimônio, muitos deles construídos há séculos, décadas, é colocado na lama?", questiona.

Normalina, que pretende lançar o livro em outros estados, começando pela Bahia, e até na Austrália, onde opera a BHP Billiton, parceira da Vale nas operações da Samarco, já tem dez exemplares encomendados, mas faltam os R\$ 300 referentes aos custos de envio pelo correio. Outra dificuldade é para a divulgação. "Fui em busca de um espaço para um banner no aeroporto na Pampulha. Me disseram ser impossível porque a Vale é responsável por 80% do movimento no aeroporto. Em bancas de jornal também não tenho conseguido espaço", lamenta.



16/12/2016 - Vermelho

Pacote de Temer para gerar emprego reduz multa para empresa demitir

Afogado em citações de delatores na Operação Lava Jato, o governo de Michel Temer (PMDB) tenta desviar a atenção anunciando um "pacote de medidas", nesta quinta-feira (15), com a promessa de aquecer a economia e gerar emprego. No entanto, a proposta chamada de "microeconômica" facilita a demissão de trabalhadores e busca garantir o pagamento dos bancos.

Entre as medidas anunciadas pelo ministro da Fazenda Henrique Meirelles, estão a redução de 10% da multa paga pela empresa na demissão sem justa causa, o que reduz um recurso importante para o trabalhador na hora que ele mais precisa. A proposta é reduzir um ponto percentual ao ano até eliminar a multa em 10 anos.

Outra medida é um suposto aumento de 50% dos lucros do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) para os trabalhadores. Atualmente, a remuneração paga é de 3% mais TR (taxa referencial) ao ano. O rendimento terá um acréscimo próximo à poupança, hoje em cerca de 5% mais TR ao ano.

Mas a medida retira recursos de um fundo usado para investimentos em habitação, saneamento básico e infraestrutura. E o governo já afirmou que pretende liberar o uso do FGTS para que o pagamento de dívidas, ou seja, para pagar bancos.

Mas enquanto garante que o trabalhador endividado pague aos bancos, o governo propõe a regularização fiscal de empresas transformando a dívidas tributárias e previdenciárias com o governo em créditos tributários. Isso mesmo: dívida em crédito. A medida vale para obrigações não pagas até novembro de 2016. Empresas que tiveram prejuízo fiscal podem usar os créditos desses prejuízos para compensar dívidas fiscais. O prazo de pagamento será alongado para até 96 parcelas.

A proposta já é uma prática adotada pelo governo federal desde 2000, por meio do Refis (Programa de Recuperação Fiscal).

"A regularização tributária das empresas é o que o governo tem feito desde todo sempre, das mais diversas formas, mas é sempre privilegiando a sonegação e a fraude. Os consumidores pagam pelos impostos e as empresas não depositam esses impostos nos cofres públicos e se apropriam disso", afirma assessor da Câmara dos Deputados, especialista em orçamentos e políticas públicas, Flávio Tonelli Vaz.

E completa: "É uma postura leniente. Só quem paga imposto em dia neste país é o trabalhador, que tem descontado

no seu holerite o imposto de renda e paga o imposto sobre o consumo".

CTB rechaça

"Temer ataca mais uma vez a classe trabalhadora. Se não bastasse as reformas trabalhista e da previdência e a PEC 55, agora ela também vão acabar com a multa de 10% do FGTS", afirmou o presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadores do Brasil, Adílson Araújo.

"Eles optam por uma medida que só fará sorrir o setor empresarial. Tudo leva a crer que não será com iniciativas como essa que o país encontrar seu horizonte de retomada. Até porque a agenda de Temer oferta ao povo brasileiro profundo retrocesso, já que ela é célere à pressão do mercado e perversão para quem mais precisa", completou o sindicalista.

Temer também quer dar descontos maiores para pagamento em dinheiro, em detrimento do cartão e cheque. Associada a essa medida, para antecipar capital de giro aos comerciantes, o prazo para as bandeiras de cartão de crédito repassarem os valores pagos será reduzido dos atuais 30 dias para cerca de 2 dias. Com isso, o governo espera que o custo do crédito rotativo ao consumidor seja reduzido.

Para entidades ligadas ao direito do consumidor, esse é uma expectativa que não se concretiza, pois não há nenhuma obrigatoriedade dos bancos em reduzir, muito pelo contrário, querem sempre aumentar a margem de lucro em detrimento do consumidor.

O consumidor será incluído automaticamente no chamado Cadastro Positivo. Mas enquanto o lojista vai economizar ao ser dispensado de fazer a análise de crédito do cliente, o pagamento da anuidade do cartão vai continuar a gerar custos para o consumidor.

Economistas afirmam que tal medida não vai reduzir os juros do cartão como pretende o governo, pois a taxa básica de juros, a Selic, está caindo e o juro do cartão continua aumentando.

"O efeito é pífio. É mais um esforço de relações públicas do que qualquer outra coisa. Não é isso que vai fazer a diferença", declarou o economista e ex-diretor do Banco Central, Alexandre Schwartzman, em entrevista ao G1.

Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/291182-1>